

A sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro

Nesta aula, veremos como as alternativas de retomada do desenvolvimento no Brasil estão ligadas a uma maior **eqüidade** (igualdade) na distribuição da renda nacional. Veremos que a **reforma agrária** é uma necessidade para se obter a redução da pobreza e que estratégias econômicas devem buscar a valorização da **sustentabilidade** no uso dos recursos naturais, levando em conta a importância de se utilizar de maneira racional o imenso estoque de **biodiversidade** de que dispomos, como elementos decisivos para a construção de um futuro melhor para os brasileiros.



Qual o significado de desenvolvimento sustentável? Qual a sua importância para superar os impasses atuais para a retomada do desenvolvimento no Brasil?

O desenvolvimento sustentável está vinculado, em sua forma e em seu conteúdo, a uma base ambiental e ao processo eficiente de aproveitamento dos recursos ecológicos. Ambiente e economia podem, e devem, ser mutuamente reforçados para o verdadeiro desenvolvimento social.

Os conflitos pela posse da terra no Brasil atual podem ser vistos como um problema de desenvolvimento sustentável, pois o acesso à terra representa, na realidade, o acesso ao abrigo e ao sustento. Por isso, deve-se compreender que a questão da reforma agrária e dos sem-terra não é apenas um ajuste de contas em relação ao passado, mas também a busca de alternativas para a construção do futuro.



O Brasil pertence ao grupo de países que completou sua industrialização recentemente, isso quer dizer depois da Segunda Guerra Mundial. Esse processo teve custos elevados.

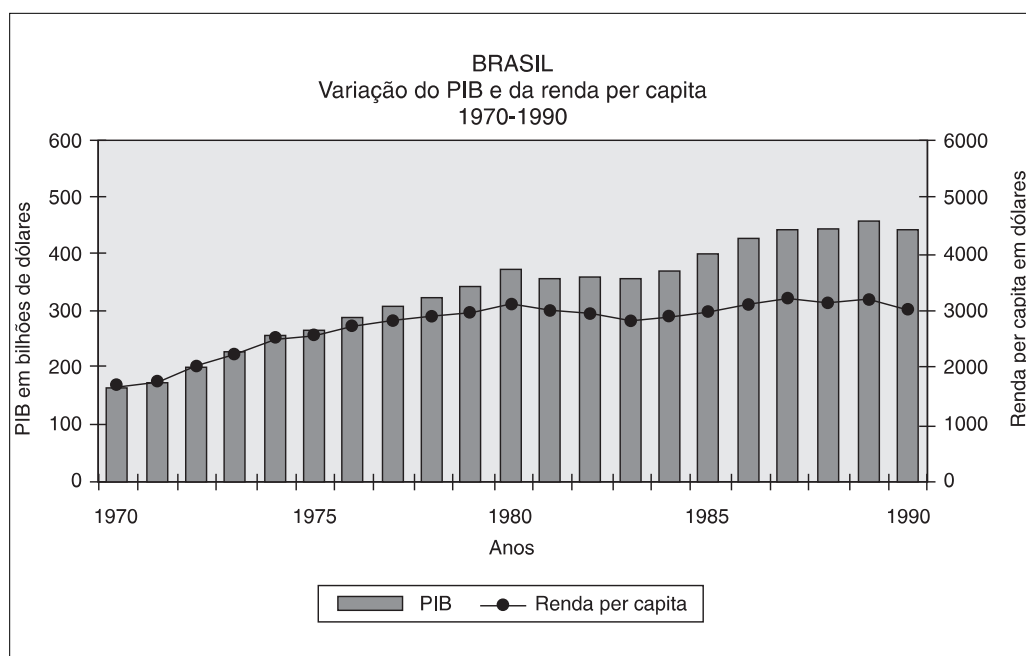
Primeiro, o **custo ambiental**, já que o país utilizou de forma predatória os recursos naturais, sem qualquer consideração sobre se tais recursos poderiam ser renovados ou não. As florestas, os solos e as jazidas minerais foram exauridos, enquanto os rios e mares foram poluídos ou contaminados em nome do progresso.

Segundo, o **custo social**, pois o Brasil não teve a menor preocupação com os efeitos do crescimento econômico sobre as condições de vida das famílias que viviam no campo e na cidade, bem como sobre as condições em que se dava a **distribuição social** dos frutos do processo de industrialização.



O crescimento econômico não foi compartilhado por todos os brasileiros, isto é, não houve **equidade** na distribuição de seus resultados. Podemos verificar isso de forma muito simples, utilizando a divisão do PIB por habitante do Brasil, para obter a sua **renda per capita**. Hoje, o valor da renda per capita anual no Brasil é de cerca de 3 mil dólares por habitante, o que é menos da metade do valor encontrado na Argentina (6.015 dólares) e muito inferior à dos Estados Unidos (23.240 dólares).

Atualmente, esse quadro está ainda mais grave, pois, na década de 1980, a economia brasileira cresceu muito lentamente. Em primeiro lugar, por causa da crise da **dívida externa**, isto é, a dificuldade do país em pagar os empréstimos tomados no exterior, cujo valor aumentou vertiginosamente com a elevação das taxas de juros pelos bancos estrangeiros. Em segundo lugar, porque a economia brasileira viveu dificuldades internas que se manifestaram em altas taxas de inflação. A combinação desses dois fatores praticamente paralisou a economia brasileira durante os anos 80.



O gráfico ao lado mostra que, embora o PIB do Brasil tenha crescido durante a década de 1980 (o que pode ser notado pelas colunas do gráfico, cujos valores, lidos no eixo da esquerda, mostram que passou dos 400 bilhões de dólares), a renda per capita permaneceu praticamente estagnada em torno de 3 mil dólares (lidos quando se acompanha a linha cujos valores se encontram no eixo da direita).

Para que o desenvolvimento seja **durável** é necessária uma proposta que tenha a **sustentabilidade** como meta principal, integrando as tensões ambiental, econômica, social e institucional, em todas as etapas do planejamento, desde o diagnóstico até a implementação, o monitoramento e a avaliação dos planos e programas.

A questão agrária no Brasil permaneceu intocável desde o estabelecimento da Lei de Terras, em 1850, que dividiu o território nacional em duas grandes zonas: domínios e fronteiras, seguindo o padrão patrimonialista do colonizador português, onde cabia ao aparelho de Estado regular as relações sociais, com o controle do acesso à terra.

Enquanto principal divisão social e territorial do trabalho, a relação entre domínios e fronteiras foi resultante direta da intervenção do Estado. Garantir os domínios e abrir as fronteiras foi uma das principais atribuições do aparelho de Estado no Brasil. Isso ocorreu com a **Marcha para o Oeste** no governo Getúlio Vargas e atingiu o auge no modelo nacional-desenvolvimentista nos anos 50, com a construção de Brasília por Juscelino Kubitschek, e foi levado ao extremo com a conquista amazônica do período autoritário pós-1964.

Esse padrão de desenvolvimento esgotou-se na década de 1970, em grande parte por causa da incapacidade financeira do Estado para administrar domínios e fronteiras, e também porque ocorreram crescentes pressões da imensa população urbana, mobilizada por diferentes movimentos sociais, que passaram a cobrar sua representação no núcleo do poder. Hoje, a principal resultante desse processo é a formação de uma economia industrial, construída num ambiente em que coexistem uma sociedade de massas pobres, cristalizada no interior dos domínios, junto com a maior floresta pluvial do planeta, expressão máxima das fronteiras.

Cerca de 1/20 da superfície terrestre, 1/5 da água doce, 1/3 das florestas pluviais do globo e apenas 3,5 milésimos da população mundial estão contidos na Amazônia, 63,4% dos quais sob a soberania brasileira. Apesar de sua imensa riqueza mineral e madeireira, o que lhe confere hoje maior valor é a diversidade biológica, isto é, sua **biodiversidade**, que se expressa na grande variedade de espécies vegetais e animais existentes na floresta. Tamaña concentração de vida significa, por um lado, um símbolo ecológico único e, por outro, uma fonte primordial para o desenvolvimento científico-tecnológico, particularmente da biotecnologia.



É preciso separar o que é mito e o que é História. Para a ciência mundial, a Amazônia é ainda uma incógnita. Teorias sobre os efeitos da destruição da floresta na circulação atmosférica terrestre – tais como o **efeito estufa** – são, até o momento, hipóteses apenas, não comprovadas e baseadas no pressuposto da destruição total da floresta. Na realidade, apesar do desflorestamento rápido e extenso das últimas décadas, 85% da floresta ainda permanecem intactos, o que coloca o desafio de seu manejo sustentado.

Mas a incógnita amazônica não se restringe à ciência e à tecnologia. Além do problema ecológico, seu significado como instrumento de pressão para adesão ao “Norte” reflete as próprias lutas e os conflitos de interesses entre os países industrializados na redefinição de suas áreas de influência, depois da queda do Muro de Berlim e da derrocada da União Soviética.

A disputa por hegemonia entre as potências fica exposta na polêmica sobre a construção e pavimentação da Rodovia BR-364 que, ao fazer a ligação do Estado do Acre ao Peru, completa a articulação com a Rodovia Transamazônica e acelera a conexão com o Pacífico Sul, onde interesses japoneses são cada vez mais intensos. Neste cenário, os Estados Unidos exercem pressão sobre o Japão para não liberar recursos destinados ao término da rodovia, a fim de manter a tradicional porta amazônica aberta para o oceano Atlântico e o mar do Caribe.

Entretanto, é inerente à questão nacional a dificuldade em definir e negociar um novo padrão de desenvolvimento regional para a Amazônia, que leve em consideração não apenas a dimensão ambiental, mas também o problema social. Confrontados hoje com uma profunda crise econômica, diversos grupos sociais procuram consolidar posições e territórios na arena amazônica.

Neste quadro, a questão da sustentabilidade do desenvolvimento é inseparável do desafio da equidade na distribuição de seus frutos, o que pressupõe a negociação de um novo pacto de poder. Nesse sentido, o acesso à terra, como expressão básica do direito humano ao abrigo e ao sustento, é a peça central de qualquer proposta conseqüente de resgate da cidadania e o ponto de partida para a construção de um novo padrão de desenvolvimento no Brasil.

O **acesso à terra** e à possibilidade de administrar o território de forma democrática constitui o principal desafio para a consolidação de um novo padrão de desenvolvimento no Brasil. Isso está presente tanto nos conflitos abertos das “invasões” nas cidades e campos ou nas lutas pela delimitação das terras indígenas e reservas extrativistas da grande fronteira amazônica. Diferentemente de uma concepção clássica de reforma agrária, em que a proposta central está em aumentar a produção agrícola, o processo de assentamento dos trabalhadores sem-terra deve ser visto como uma necessidade da distribuição da riqueza acumulada e de garantia de uma via democrática de transição para o desenvolvimento sustentável.

O Brasil é uma parte integrante e inseparável da construção da economia mundial em sua dimensão planetária. Sua posição como país de industrialização recente revela a profunda instabilidade deste final de século. Suas dimensões como uma potência regional sintetizam as contradições da crise que atravessa a economia mundial no final do século XX. A busca de soluções por meio da cooperação com os parceiros da América Latina é inevitável, como é o exemplo do Mercosul, que veremos na aula a seguir.



Nesta aula você aprendeu que:

- o processo de industrialização no Brasil teve **custos ambientais** e **sociais** elevados;
- o crescimento econômico não foi compartilhado por todos os brasileiros, isto é, não houve **equidade** na distribuição de seus resultados;
- para que o desenvolvimento seja **durável** é necessária uma proposta que tenha a **sustentabilidade** como meta principal, integrando no planejamento as tensões ambiental, econômica, social e institucional;
- a Amazônia possui riqueza mineral e madeireira, mas o que lhe confere hoje maior valor é a diversidade biológica, isto é, sua **biodiversidade**;
- o **acesso à terra** e à possibilidade de **administrar o território de forma democrática** constitui o principal desafio para a consolidação de um novo padrão de desenvolvimento no Brasil.



Exercício 1

Como você diferencia desenvolvimento social de crescimento econômico? Em sua opinião, qual predominou no Brasil nas últimas décadas?

Exercício 2

Por que o desenvolvimento sustentável permite conciliar o combate à pobreza com uma melhor utilização dos recursos ecológicos?

Exercício 3

Por que o desenvolvimento sustentável da floresta amazônica é tão importante para o desenvolvimento brasileiro?